

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### **Políticas populistas em Florianópolis: cultura assistencial e sociabilidade no Morro da Caixa d'Água nos anos 1950.**

Camilo Buss Araujo\*

**Resumo:** Esta comunicação procura analisar as relações entre grupos políticos e classes trabalhadoras em Florianópolis durante os anos 1950. A partir da análise de uma comunidade localizada próxima ao centro da cidade, o Morro da Caixa d'Água, busca-se entender como se construiu uma cultura política assistencial e de que forma os trabalhadores, a partir de seus espaços de sociabilidade, interpretaram estas ações.

**Palavras-chave:** populismo – sociabilidades – comunidade.

**Abstract:** This study analyzes the relations between political groups and working classes in Florianópolis during the 1950's. Starting from an analysis of a community localized near downtown, the Morro da Caixa d'Água, this study intends to understand how a political welfare culture was built and how the workers, starting from their spaces of sociability, interpreted that actions.

**Keywords:** populism – sociability – community.

A cidade de Florianópolis, durante a década de 1950, apresentava uma conjuntura social e política permeada de disputas político-partidárias associadas ao crescimento de empreendimentos imobiliários. Neste momento específico, verifica-se a acirrada disputa entre os dois maiores partidos políticos do estado pelo controle da máquina pública – União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD), comandados pelas oligarquias Konder-Bornhausen e Ramos respectivamente. Alcançar a maioria eleitoral e, conseqüentemente, gerenciar o executivo estadual e local era o principal objetivo destes grupos que buscavam erigir seus projetos de “modernização” da cidade de acordo com os interesses de seus correligionários.

Entre os projetos defendidos estavam aqueles que pregavam o aproveitamento do potencial turístico da cidade, através de investimentos em infra-estrutura hoteleira, loteamentos e urbanização do centro. Neste momento, quando os projetos visando uma Florianópolis do futuro começam a sair do papel, é que haverá a expansão da construção civil e a tentativa de se redesenhar o panorama da cidade.

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Colégio Cenecista José Elias Moreira, Joinville-SC.

Entretanto, a capital de Santa Catarina adentra aos anos 1950 com características de cidade pequena, sem uma economia forte e amparada pela condição de centro administrativo do estado. O processo de urbanização almejado, insistentemente veiculado pelos jornais da época, vai progressivamente sair das páginas dos meios de comunicação impressos para ganhar materialidade. Verifica-se, neste caso, que a cidade de Florianópolis passa, durante os anos 1950, por disputas concernentes aos diferentes planos para o seu futuro. É também neste período que acontecerá o aumento demográfico dos morros próximos ao centro, como o Morro da Caixa d'Água.

Localizado no hoje chamado Maciço Central do Morro da Cruz, o Morro da Caixa d'Água teve suas primeiras ocupações, acredita-se, nas primeiras décadas do século XX. Entre seus primeiros habitantes está uma família de descendentes de poloneses, fundadores da igreja local e donos da maioria das terras: os Kincheski. A partir dos anos 1920, o morro será ocupado também por migrantes do Alto Biguaçu – atual município de Antônio Carlos, na região da grande Florianópolis. Será, no entanto, nos anos 1950 que acontecerá o maior crescimento populacional da localidade, a partir da vinda de parentes dos moradores já estabelecidos, os quais vêm, em grande parte, para se inserir no contexto de urbanização e “modernização” da cidade como trabalhadores da construção civil e lavadeiras.

Percebe-se, portanto, que a construção de uma cidade “moderna”, como apregoavam os discursos dos meios de comunicação, traz consigo um conjunto de relações sociais que precisam ser mais bem identificados. Afinal, ao passo que se procura materializar os projetos desenvolvimentistas na capital de Santa Catarina, trabalhadores se inserem nas relações de produção da cidade. No caso do Morro da Caixa d'Água, é possível, de um lado, associar seu crescimento demográfico às oportunidades de emprego geradas por estes “impulsos modernizantes” e, de outro, relacioná-lo às sociabilidades locais.

Embora não possamos cair nas armadilhas das generalizações, tomando levemente as experiências daqueles trabalhadores como arquétipos das relações sociais e de trabalho da cidade, a análise de uma localidade específica pode nos ajudar a desvendar alguns elementos muitas vezes ocultados pela “grande história”. Dessa forma, torna-se mister a redução na escala de análise como forma de possibilitar uma outra visão do processo histórico pelo qual passou Florianópolis nos anos 1950. A década de 1950, muitas vezes enquadrada como um período em que vigorava o populismo e este conceito entendido como um referencial de cooptação das classes trabalhadoras por lideranças políticas carismáticas, pode ser redefinida

caso observemos as expectativas e experiências que envolviam os sujeitos históricos. De acordo com Edoardo Grendi:

*a escolha essencial de uma escala de observação se baseia na convicção central de que ela oferece a possibilidade de enriquecer as significações dos processos históricos por meio de uma renovação radical das categorias interpretativas e de sua verificação experimental. (GRENDI, 1998: 262).*

O estudo de uma localidade e de como suas experiências se articulam com questões mais amplas, portanto, permite que o historiador teça novos olhares sobre as diferentes faces da política populista em Florianópolis. Em outras palavras, o populismo deixa de ser um conceito auto-explicativo, vago e impreciso, para ganhar uma conotação específica, oferecendo a possibilidade de entendê-lo enquanto processo e relação, ou seja, a partir da interação e negociação entre seus atores.

Analisar como se construíam as relações entre grupos políticos e trabalhadores em Florianópolis neste período implica, assim, entender como estes agiam nos mais diversos espaços de sociabilidade: no trabalho, na comunidade, nas festas, no espaço religioso, em suas associações. Desse modo, será possível observar como se constroem suas solidariedades, divergências e de que forma, através destes espaços, chegam as questões políticas.

Em uma edição do jornal A Verdade de 1956, o seu mantenedor, o jornalista Manoel de Menezes, menciona algumas táticas eleitorais, promovidas por esposas de políticos influentes, em vésperas de eleição:

*tive o intuito, isso sim, de endereçar a crítica àquelas senhoras de políticos que dias antes das eleições percorrem os morros com saquinhos de farinha de 3ª qualidade, de feijão bichado e outras coisas, para enganar os humildes. Enderecei a pergunta a todas aquelas damas, sejam do PSD, PTB ou UDN que só lembram da existência do pobre quando as eleições estão às portas.<sup>1</sup>*

Antes de analisarmos as implicações da notícia, é importante mencionar alguns aspectos que envolvem os jornais da cidade. O jornal A Verdade, propunha-se a ser um veículo de comunicação desvinculado dos dois maiores partidos do estado, UDN e PSD. Por outro lado, os jornais A Gazeta e O Estado eram espécies de órgãos não-oficiais de divulgação das ações destes partidos, este ligado ao PSD e aquele à UDN. Manoel de

---

<sup>1</sup> MENEZES, Manoel de. Vai acabar a fome. **A Verdade**. Florianópolis, 26 out. 1956

Menezes, diretor-proprietário de A Verdade, vangloriava-se ao divulgar os resultados das inúmeras campanhas assistenciais bem sucedidas capitaneadas pelo seu jornal. Entretanto, as ações do jornalista não se davam por mera filantropia. O dono de A Verdade fora candidato a prefeito municipal nas eleições de 1954, sendo derrotado pelo pessedista Osmar Cunha. Nos anos seguintes, Manoel de Menezes, junto com seu jornal, encampou uma série de medidas assistenciais junto aos “pobres da cidade”.

As estratégias do jornalista se inserem em um contexto no qual as classes trabalhadoras aparecem como alvo das disputas eleitorais dos principais grupos políticos locais. De acordo com Reinaldo Lohn, as classes dirigentes mantinham relações estreitas com religiosos e cabos eleitorais de modo a garantir a reprodução de relações assistenciais, nas quais se envolviam “as esposas dos políticos, as autoridades eclesiásticas e figuras de reconhecimento público notório.” (LOHN, 2002: 41).

Essa cultura assistencial transformava o apoio das classes trabalhadoras em um campo de disputa, cujos gladiadores travestiam-se de paladinos dos pobres, defendendo suas agremiações políticas, e apresentavam suas armas, ou seja, os variados benefícios oferecidos em troca de apoio político. Como a notícia veiculada por Manoel de Menezes afirma, doações de alimentos faziam parte das táticas eleitorais junto aos moradores dos morros próximos ao centro da cidade. Todavia, essas ações não se limitavam ao período eleitoral e nem eram exclusivas das damas do PSD, UDN ou PTB.

Pode-se verificar, durante os anos 1950 e início dos anos 1960, campanhas de doações de cobertores, entrega de agasalhos, brinquedos e gêneros alimentícios comandadas por esposas de políticos, como a primeira-dama do estado Kirana Lacerda, e por associações ligadas à Igreja, como a Associação Damas de Caridade. Da mesma forma, o próprio Manoel de Menezes encampou ações de auxílio a portadores de deficiência, de doação de dinheiro e remédios àqueles que o procuravam.<sup>2</sup>

Neste último aspecto mencionado é que reside um dos componentes mais importantes da chamada cultura assistencial instituída em Florianópolis. Afirmou-se que os auxílios prestados por Manoel de Menezes vinham a atender demandas de pessoas os quais o procuravam em busca da concessão de benefícios. Isto é, o estabelecimento de uma relação baseada na dádiva gerou uma economia de favores onde os limites destas ofertas bem como as deferências prestadas eram continuamente negociados. As políticas populistas, portanto, são redimensionadas a partir das redes de relações e sociabilidades entre os sujeitos envolvidos. O

---

<sup>2</sup> Estas informações foram encontradas através de pesquisas nos principais jornais da cidade (A Gazeta, O Estado e A Verdade), em levantamentos junto à Curia Metropolitana de Florianópolis e análise dos documentos da irmandade de Nossa Senhora do Mont Serrat, localizada no Morro da Caixa d'Água.

estudo de uma comunidade, neste caso, pode contribuir para descobrir como se dão essas trocas.

Em uma análise dos recentes estudos que procuraram abordar o período intitulado de “populista”, Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa afirmam que parte da história social do trabalho tem procurado observar as ambigüidades concernentes aos sistemas normativos, destacando a pluralidade de interpretações possíveis e as lutas em torno de recursos simbólicos e materiais. O populismo, segundo eles, contém uma “simultaneidade paradoxal” de apresentar, ao mesmo tempo, um movimento que prega a harmonia de classes e procura subordinar os interesses dos trabalhadores a interesses mais gerais (da nação, por exemplo), e o surgimento de uma cultura da resistência por parte da classe operária. De acordo com os autores:

*o populismo visto pelos trabalhadores era não raras vezes diferente da auto-imagem construída pelas autoridades sobre seus próprios atos e discursos. Ao contrário da adesão cega e ativa, podia funcionar um pragmático realismo com elevado senso de cálculo em torno dos retornos e benefícios possíveis, impondo ao Estado e aos padrões concessões e deveres por meio de uma linguagem extraída dos próprios recursos retóricos populistas. (SILVA; COSTA, 1999: 225).*

Sendo assim, cultura não pode ser vista como algo consensual. Ao afirmarmos a existência de uma “cultura assistencial” na cidade de Florianópolis nos anos 1950, não estamos presumindo que exista um ato de subordinação das classes populares pela intervenção caritativa de instituições e grupos políticos. A cultura, grosso modo, deve ser entendida como um conjunto de normas que empresta sentido às práticas dos agentes históricos. Assim, se cultura está diretamente relacionada à experiência, presume-se que ela possa oferecer significados distintos de acordo com os espaços sociais ocupados pelos sujeitos. A concepção do conflito social não pode ser ludibriada pela idéia da assimilação passiva das classes populares às intervenções de uma “elite dirigente”. Ao constatarmos redes assistenciais amparadas por autoridades religiosas e partidos políticos, devemos procurar como essas relações são apropriadas, recriadas, ressignificadas mediante negociações entre classes.

As políticas populistas, no caso do Morro da Caixa d’Água, subiam o morro através de cabos eleitorais associados principalmente ao PSD e à UDN, ou seja, as ações caritativas fomentadas por esposas de políticos e associações necessitavam de pontos de apoio na comunidade. Dessa forma, as relações internas, as tensões e afinidades provenientes das

relações no ambiente de moradia, auxiliavam na formatação das identidades políticas e no modo com se interpretava determinado ato de caridade. Dois dos principais pontos de acesso de políticos junto aos moradores do morro eram o capelão local, padre Agostinho Staehelin, e o dono da venda e da maioria das terras daquela área, o udenista Pedro Kincheski.

A partir dos anos 1950, Pedro Kincheski passa, gradativamente, a assumir um papel de liderança entre os moradores do morro. Dono da principal venda da localidade, Pedro vai também se tornar provedor da Irmandade Nossa Senhora do Mont Serrat em 1956, robustecendo sua influência junto às pessoas daquela área. Dentro de uma localidade composta majoritariamente por trabalhadores, como é o caso do Morro da Caixa, o controle do comércio local garantia visibilidade e favorecia a interação com todos os habitantes do morro. Nesse sentido, as dificuldades de acesso ao morro, em virtude de suas estradas esburacadas, farão da venda de Pedro Kincheski o principal ponto de compras de gêneros de primeira necessidade. Consequentemente, a venda tornava-se um espaço de recrudescimento da figura de Pedro Kincheski como condutor dos desígnios dos moradores e onde se afirmavam relações de dependência, através do fiado, por exemplo. “Pendurar” sua conta para pagá-la no final do mês, reforçava uma economia de favores, na qual os moradores passavam a enxergar o dono da venda como líder, uma figura que zela pelo bem-estar da população local: “como ele era o dono do comércio, todo mundo comprava na venda dele, deviam favores para ele”<sup>3</sup>.

Pedro Kincheski não é, no entanto, o único cabo eleitoral vinculado a partido político por onde os donativos são distribuídos aos demais moradores. Naquelas cercanias existiam outros cabos eleitorais como a também udenista Alba Jacinto e a pessedista Olga Brasil da Luz. Os trabalhadores pobres da cidade eram disputados pelos políticos que tentavam cooptá-los através doações fornecidas por seus intermediários. Presentes nas festas, nos mutirões, coordenando os espaços de sociabilidade de bairros e localidades, recebendo e distribuindo donativos oferecidos pelos diversos mecanismos de assistências aos pobres existentes na cidade, estes intermediários tornar-se-ão importantes referências políticas locais, indicando e ajudando a definir o voto daquela população. Não podemos, contudo, pensar no voto enquanto cooptação, mas como uma troca e, por ter essa característica, pressupõe-se que ele seja mais bem negociado com aqueles mais próximos, isto é, com as lideranças e cabos eleitorais locais. De acordo com Adriano Duarte, “se o voto implica, porque traz subentendida, essa relação de favor, é razoável supor que o eleitor dê seu voto para alguém de

---

<sup>3</sup> Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

quem possa cobrar, alguém que seja do bairro, ou que esteja no bairro, enfim alguém que veja, com os próprios olhos, as suas necessidades de morador.” (DUARTE, 2002: 191).

Mesmo assim, isso não quer dizer que as classes populares ficavam à mercê das ações dos cabos eleitorais. Havia sim uma disputa pelos pobres, porém estes lidavam com os embates da mesma forma como levavam suas questões diárias: negociando, burlando a lógica colocada com táticas e estratégias diversas, fazendo-se enquanto sujeito, reinterpretando a dádiva como direito e construindo seu cotidiano. Assim, nem sempre os cabos eleitorais, apesar do oferecimento de incentivos e benesses, conseguiam angariar os votos dos moradores, como revela o exemplo de Maria da Silva Cardoso.

Udenista e simpática à figura de Irineu Bornhausen, Maria da Silva Cardoso, moradora do Morro da Caixa d'Água, marcava presença nos comícios da União Democrática Nacional. Consciente de que Pedro Kincheski e Alba Jacinto eram partidários da UDN, ela freqüentava estes espaços em busca de algum donativo ou do pagamento de alguma conta. Todavia, Maria Cardoso não se restringia aos cabos eleitorais udenistas. Ciente da utilização do assistencialismo enquanto estratégia eleitoral, ela dirigia pedidos também a Olga Brasil, cabo eleitoral do PSD. De acordo com seu filho, Carlos Agostinho Cardoso:

*Eu me lembro que a minha mãe era udenista, então ela ia muito aos comícios do Irineu Bornhausen. (...) Eu tenho conhecimento dessas coisas porque a minha mãe ia nesses cabos eleitorais para pedir coisas, sempre foi. Eles prometiam para ela uma cesta básica, Pedro Kincheski dava. Mais embaixo tinha a dona Alba Jacinto. A dona Olga Brasil também fazia isso. Então a minha mãe ia nesses cabos eleitorais para pegar alguma coisa, ou para pagar algo, pegar um dinheirinho, ganhar um cobertor. (...) Ela pegava de vários, mas votava sempre no Irineu.<sup>4</sup>*

O caso acima é um dos exemplos que denota como os canais abertos pela política assistencial eram racionalmente utilizados pelos grupos empobrecidos de modo a auferir vantagens. Maria Cardoso procurava cabos eleitorais tanto da UDN quanto do PSD, porém seu voto já estava definido: votava em Irineu Bornhausen. A frase “ela pegava de vários, mas votava sempre no Irineu” retrata a incerteza em se apostar no assistencialismo como método de captação de votos junto aos “pobres”. Isso porque o benefício, uma vez oferecido, vai ter que ser continuamente reforçado, ou seja, sua manutenção e quiçá sua ampliação vai ser exigida pelos receptores da dádiva. O voto e a pretensa “submissão” das classes populares perante os políticos terão que ser, então, permanentemente negociados. Assim, construindo

---

<sup>4</sup> Entrevista com Carlos Agostinho Cardoso concedida a Camilo Buss Araujo, em 14 de setembro de 2005.

seu cotidiano através de suas sociabilidades, as classes trabalhadoras vão se inserindo nas disputas políticas da cidade, buscando ampliar as fronteiras de seus benefícios provenientes das ações assistenciais e redefinindo as políticas populistas locais.

### **Referências Bibliográficas**

DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973.** Campinas, 2002. 273 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970.** Porto Alegre, 2002. 442 f. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.